

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series, (As 3 series)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 13/-
I Series	Rs. 12/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscio o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

(Tradução)

MILITARY GOVERNMENT
GOA, DAMAN AND DIU

GOVERNO MILITAR DE GOA,
DAMÃO E DIO

Notification

In exercise of the powers conferred on me by paragraph 2 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962, read with no. II of article 109 of Constituição Política da República Portuguesa I hereby repeal, with immediate effect, the Decree-Law no. 33 873 of 18-8-1942 and all other subsequent legislation in the matter, relating to the requirement of cargo declaration for the bills of entry and to the recovery of Consular emoluments with fine in case the said declaration is not presented.

Military Government, Goa, 8th May, 1962.

THE MILITARY GOVERNOR,
K. P. Candeth,
Major General

ORDER

In exercise of the powers conferred upon me by clause two of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962 and notwithstanding anything to the contrary contained in any law, for the time being in force within this Territory I make the following Order:

1. Any person desirous of constructing or reconstructing a hut or a temporary structure made of mud, or corrugated iron sheets, or wood or other light material of such nature, shall make an application for that purpose to the Municipality having jurisdiction over the place where the hut or other temporary structure is sought to be constructed. The Municipality concerned shall, within one month from the receipt of the application grant or reject the application for reasons to be recorded in writing to be communicated to the applicant.

2. An appeal shall lie to the Director of Civil Administration, against the rejection of an application, made under the last preceding clause.

Portaria

No uso das faculdades que me são conferidas pelo n.º 2 de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962» conjugado com o n.º II do artigo 109.º da Constituição Política da República Portuguesa revogo, com efeito imediato, o Decreto-Lei n.º 33 873, de 18 de Agosto de 1942 e demais legislação posterior quanto à exigência da declaração de carga no despacho de importação e à cobrança de emolumentos consulares com multa no caso de não apresentação da referida declaração.

Governo Militar, em Goa, 8 de Maio de 1962.

O GOVERNADOR MILITAR,
as) *K. P. Candeth*
Major-General

Portaria

No uso das faculdades que me são conferidas pelo n.º 2.º de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962» e sem embargo do disposto em qualquer lei, presentemente em vigor, neste território, determino o seguinte:

1. Qualquer pessoa que deseje construir ou reconstruir uma cabana ou uma habitação com estrutura de carácter temporário feita de barro ou pastas de metal, madeira ou qualquer outro material ligeiro daquela natureza, deverá requerer para o efeito à Câmara Municipal em cuja área fique abrangida a localidade em que pretenda construir a cabana ou habitação de estrutura provisória. A Câmara Municipal respectiva, dentro de um mês a contar da recepção do requerimento, autorizará o pedido ou rejeitá-lo por motivos que ficarão constatados, por escrito, para serem comunicados ao requerente.

2. Da rejeição do pedido caberá recurso ao director da Administração Civil, feito ao abrigo do disposto na parte final do número antecedente.

3. The Municipality concerned may order that the site where the construction, or re-construction is to be made, or the structure is to be re-constructed, be inspected for the purpose of ascertaining the facts and the merits of the application, but no fees, costs or compensation whatsoever shall be levied or recovered by the Municipality from the applicant for such inspection.

4. No stamp or other duty shall be levied in relation to or stamp paper required to be used for the purpose of making an application under clause 1 of this order.

5. It shall not be necessary that the signature of the applicant under clause 1 of this order be certified or authenticated by a Notary Public or any other authority.

6. This Order shall be deemed to have come into force on the 20th December, 1961, except that fees, cost or compensation already recovered shall not be refunded to the applicant.

Military Government, Goa, 11th May, 1962.

THE MILITARY GOVERNOR,
K. P. Candeth,
Major General

ORDER

GAD/2582/62/5762

Whereas the Hospital of the Santa Casa da Misericórdia de Goa at Ribandar is a Charitable Institution for Public benefit and whereas it becomes necessary for public interest that the management and General Administration of the said institution be taken over by the Administration of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

Now therefore, in the exercise of the powers conferred upon me by section 2 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962, I hereby order as follows:

1. All the powers, Authority and Jurisdiction over and in respect of the said Hospital of the Santa Casa da Misericórdia de Goa, at Ribandar and all of its lands, buildings, appurtenances, furniture fixtures, equipment and generally all the assets and liabilities shall hereafter vest on the Administrator Goa, Daman and Diu appointed under article 239 of the Constitution of India.

2. The Administrator may appoint one or more persons to examine the accounts, collect assets, pay debts and generally to manage the said institution so as to safeguard its interest and promote its progress.

3. For the purpose of exercising his or their functions under this order, the person or persons appointed under the last preceding section, may follow the rules now in force for the Administration of the institution.

4. This order is made in suppression of the Royal Charter (Alvara) dated the 23rd February, 1633 and of Portaria n.º 704, dated the 6th July, 1922.

By order and in the name of the Military Governor.

D. H. Deshmukh
Chief Civil Administrator

Panjim, 21st May, 1962.

3. A Câmara Municipal respectiva poderá determinar que o sítio onde a construção ou reconstrução haja de ser feita, ou reformada a estrutura, seja vistoriado para certificar da veracidade dos factos e as razões que assistem ao requerente, mas nenhuma taxa, emolumentos ou compensação serão impostos ou cobrados pela Câmara Municipal do requerente, pela vistoria.

4. Para se formular o pedido nos termos do disposto no n.º 1 desta portaria, não será necessário utilizar papel selado nem será cobrado selo ou qualquer outra taxa em relação ao mesmo pedido.

5. Não será necessário que a assinatura do requerente para formular o pedido nos termos do n.º 1 desta portaria seja autenticada ou reconhecida pelo notário público ou qualquer outra autoridade.

6. Esta portaria será considerada como tendo entrado em vigor desde 20 de Dezembro de 1961, excepto no que diz respeito as taxas, emolumentos ou compensação já cobrados que não serão restituídos aos requerentes.

Governo Militar, em Goa, 11 de Maio de 1962.

O GOVERNADOR MILITAR,
as) K. P. Candeth
Major-General

Portaria

GAD/2582/62/5762

Considerando que o Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Goa, em Ribandar, é uma instituição de caridade para benefício público e atendendo a que se torna necessário para interesse público que a direcção e a administração geral da mesma instituição sejam assumidas pela Administração dos territórios da União, de Goa, Damão e Diu;

No uso das faculdades que me são conferidas pelo n.º 2.º de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», determino o seguinte:

1 — Daqui em diante ficarão investidos no Administrador de Goa, Damão e Diu, nomeado ao abrigo do artigo 239.º da Constituição da Índia, todos os poderes, autoridade e jurisdição sobre o referido hospital da Santa Casa da Misericórdia de Goa, em Ribandar, passando também a cargo do mesmo as suas terras, edifícios, pertences, mobiliário, instalações, equipamento e de uma maneira geral todo o seu activo e passivo.

2 — O Administrador poderá nomear uma ou mais pessoas para examinar as contas, cobrar as receitas e pagar os débitos e, de uma maneira geral, para administrar a referida instituição com o fim de salvaguardar os seus interesses e promover o seu progresso.

3 — A pessoa ou pessoas nomeadas ao abrigo do número antecedente, para o exercício das suas funções nos termos desta portaria, poderão seguir as disposições legais ora vigentes para a administração da mesma instituição.

4 — Esta portaria revoga o Alvará de 23 de Fevereiro de 1633 e a Portaria n.º 704, de 6 de Julho de 1922.

Por ordem e em nome do Governador Militar.

D. H. Deshmukh
Administrador Civil, Chefe

Pangim, 21 de Maio de 1962.

ORDER

Notwithstanding any law, decree or order the Caixa de Auxílios aos Empregados dos CTT is hereby ordered to be closed down.

No recoveries shall be made and no contribution is allowed towards this fund from 31-5-62.

The liability of the fund to its constituents shall be evaluated separately.

By order and in the name of Military Governor of Goa, Daman and Diu.

D. H. Deshmukh

Chief Civil Administrator

Panjim, 22nd May, 1962.

Portaria

Sem embargo do disposto em qualquer lei, decreto ou portaria, determina-se o encerramento da Caixa de Auxílios aos Empregados dos CTT.

A partir de 31 de Maio de 1962, não serão feitos nenhuns reembolsos nem aceites quaisquer contribuições para o seu fundo.

O encargo do fundo em relação aos seus contribuintes será apurado separadamente.

Por ordem e em nome do Governador Militar de Goa, Damão e Diu.

D. H. Deshmukh

Administrador Civil, Chefe

Pangim, 22 de Maio de 1962.